

Crimes Contra a Ordem Econômica e as Relações de Consumo: Conflitos de Atribuições entre Ministério Público Federal e Ministérios Públicos Estaduais

José Geraldo Brito FILOMENO*

• **SUMÁRIO:** 1 Visão geral da temática proposta. 2 Objeto específico da polêmica. 3 Jurisdição, antes de atribuição. 4 Crimes da Lei nº 8.137/90. 4.1 Crimes contra a ordem tributária. 4.2 Crimes contra a ordem econômica e as relações de consumo. 4.3 Crimes contra as relações de consumo, previstos pelo Código de Defesa do Consumidor. 4.4 Competência da Justiça Federal nos casos de conexão. 5 Conclusões. Referências bibliográficas.

• **RESUMO:** O texto trata de eventuais conflitos no que concerne a iniciativas criminais entre membros dos Ministérios Públicos Federal e dos Estados, por exemplo, ou, então, entre membros dos Ministérios Públicos de Estados diferentes. E isto nos casos referentes a delitos contra as ordens econômica e tributária. De acordo com a Constituição Brasileira de 1988, com efeito, todos os citados membros do Ministério Público têm suas funções prescritas, em conformidade com os interesses em questão: se federais ou estaduais. E, embora o art. 109¹ possa ser claro à primeira vista, pode suscitar discussões e dúvidas de cunho processual ou, pior, seu não conhecimento pelo Supremo Tribunal Fe-

deral. Ou seja: eventuais conflitos entre dois membros de Ministérios Públicos deveriam ser analisados e solucionados por eles mesmos. Entretanto, o problema é que, até 2005, não havia um fórum determinado para tais discussões. Ao ensejo, todavia, da instituição do chamado Conselho Nacional do Ministério Público, esse possa ser, *de lege ferenda*, o fórum adequado.

• **PALAVRAS-CHAVE:** Ministério Público do Estado. União. Conflitos. Atribuições.

1 Visão geral da temática proposta

É mister advertir, em primeiro lugar, que sempre que se fala em *crimes contra as relações de consumo, de modo geral*, deve-se lembrar que essa expressão foi adotada entre nós, inspirada em diretivas européias de defesa do consumidor, mas em substituição à então consagrada categoria de *crimes contra a economia popular*, sobretudo à luz da Lei nº 1.521/51.²

* Advogado e Consultor Jurídico. Professor da Pós-graduação de Direito do Consumidor das UNI-FMU e membro da Academia Paulista de Direito (Cadeira nº 72). Autor dos livros *Manual de Direitos do Consumidor*, *Curso Fundamental de Direito do Consumidor* e *Código Brasileiro de Defesa do Consumidor – Comentado pelos Autores do Anteprojeto*.

¹Artigo 109 – Aos juízes federais compete processar e julgar: [...] IV – os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesses da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Federal [...] VI – os crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira”.

²O ilustre desembargador Tupinambá Pinto de Azevedo, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, aliás, ilustre magistrado, por força do quinto constitucional, oriundo do Ministério Público daquele Estado, quando juiz do então Tribunal de Alçada, ao julgar questão que envolvia o delito do inciso IX do art. 7º da Lei nº 8.137/1990, insurgiu-se contra a nova nomenclatura, asseverando que: “A Lei nº 8.137/90 contém, no cap. II, crimes ‘contra a ordem econômica e as relações de consumo’. Melhor seria menção clara e direta à ‘economia popular’ – bem jurídico já arraigado na tradição brasileira. Ali estão proibidos o açambarcamento de mercadoria, o ajuste de empresas para provocar a alta de preços, a concorrência desleal, o dumping, a venda casada ou acima da tabela etc. Sequer é possível perceber o discrimen entre a ‘ordem econômica’ e ‘relações de consumo’. Mais grave, a lei em questão foi promulgada apenas três meses após a edição do CDC (Lei nº 8.078, de 11-9-90), primeiro Diploma Legal brasileiro a mencionar as ‘relações de consumo’, como bem jurídico especialmente protegido[...]” (cf. FILOMENO, 2001, p. 198-200).

Destarte, ficaríamos, até por questões de ordem pragmática, com duas categorias de infrações dessa natureza. Ou seja: a) *crimes diretamente contra as relações de consumo* – isto é, os definidos, agora, pela Lei nº 8.137/90 e pela Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), além dos ainda remanescentes na mencionada Lei nº 1.521/51; e, ainda, na legislação penal extravagante, aqueles ditos *contra a economia popular*, como as infrações previstas pela Lei nº 4.591/64 (mais conhecida como a *lei dos condomínios em edificações*), por exemplo; b) *crimes indiretamente contra as relações de consumo* – ou seja, uma gama considerável de tipos penais, constantes do Código Penal (CP) e de outras leis especiais, os quais, embora *não tenham como objetividade jurídica específica as relações de consumo, afetam-nas, ainda que de forma reflexa*. E apenas à guisa de exemplificação, poderíamos citar os delitos de *apropriação indébita*, de *estelionato* e *outras fraudes*, o de *fraude no comércio* – tipificado no art. 175 do diploma penal repressivo que, significativamente, já usara o termo *consumidor* como sujeito passivo dessa infração, mais popularmente conhecida como ato de quem *vende gato por lebre* –, sem contar toda a gama de *crimes contra a saúde pública*, *delitos de loteamentos irregulares*, *crimes do colarinho branco* e outros.

2 Objeto específico da polêmica

Quer-nos parecer, entretanto, que o *objeto específico da polêmica* refere-se, apenas, aos *delitos diretamente contra as relações de consumo* e, mais particularmente, os previstos pelas Leis nºs 8.137 e 8.078, ambas de 1990.

E, mais particularmente diante da seguinte notícia, que nos foi repassada por e-mail, a saber:

ConsidMPF denuncia cartel de postos de gasolina em Passo Fundo ZERO HORA – RS, Economia, 05/02/2003 – Laudo constatou diferenças inferiores a 2% e de no máximo R\$ 0,10 nos preços cobrado por revendedores. Donos de 24 postos de gasolina em Passo Fundo são acusados pelo Ministério Público Federal de formação de cartel. A denúncia foi apresentada sexta-feira à Justiça

Federal, com base em relatos de outros proprietários de postos e também em investigações feitas pela Polícia Federal em 1999. As testemunhas revelaram ao MPF que sofrem represálias e ameaças por discordar dos preços que seriam acertados de maneira uniforme entre membros da Associação dos Revendedores de Combustíveis (ARC). De acordo com o procurador Juarez Mercante, os acusados abusam do poder econômico, o que elimina parcialmente a concorrência na cidade. Mercante explicou que a política de preços praticada pelos postos de revenda de Passo Fundo seria definida nas reuniões da ARC, seguindo o reajuste nas refinarias. O laudo do MPF constatou diferenças inferiores a 2% e de no máximo R\$ 0,10 entre os revendedores de combustíveis em Passo Fundo. Mercante comparou os valores cobrados na capital paulista, onde as variações chegam a R\$ 0,41, conforme estudo do MPF. Mercante pede o enquadramento dos donos de postos em crimes de formação de quadrilha ou bando, abuso do poder econômico, com agravante de dano à coletividade. A pena mínima seria de três anos e oito meses de prisão. Contraponto – O que diz Antônio Colpani, presidente da Associação dos Revendedores de Combustíveis (ARC): “Não fomos oficialmente comunicados de nada e não sabemos quais são as acusações. A associação tem fins filantrópicos e culturais e não de estipular preços. Para que houvesse liberdade de preços, deveria haver outra companhia distribuidora além da Petrobrás. Nós todos recebemos o produto com o mesmo custo e por isso não há como existir uma concorrência forte”.

Confessamos que, apesar dos nossos quase vinte e cinco anos na lida com as questões atinentes às relações de consumo, nunca tivemos a oportunidade de nos defrontar, na prática, com um *conflito específico de atribuições entre o Ministério Público Federal*, e os *Ministérios Públicos dos Estados*, no que tange àqueles delitos que, repita-se, apenas para ficarmos com a nomenclatura dos diplomas legais

enfocados, referem-se à *ordem tributária*, à *ordem econômica*, e às *relações de consumo*.

No entanto, enfrentamos, sim, a questão de *conflitos de atribuições entre os mencionados Ministérios Públicos*, no que diz respeito a *ações civis públicas* ou, antes até, *inquéritos civis*, envolvendo *relações de consumo*.

A esse respeito, aliás, escrevemos tese específica, aprovada no 11º Congresso Nacional do Ministério Público, realizado em Goiânia, Estado de Goiás, em setembro de 1996, e intitulada *Conflitos de Atribuições entre Ministérios Públicos Estaduais e da União em Ações Coletivas, Sobretudo Consumeristas – Da Necessidade de Institucionalização do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais*.³

E o que poderia transformar-se em conflito de atribuições efetivo foi resolvido graças ao coleguismo e bom-senso que sói acontecer entre membros de nossas Instituições.

E apenas para ilustração, e em apertada síntese: cuidava-se de alguns procedimentos instaurados no âmbito do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), em 1992, os quais retratavam a sonegação de medicamentos de uso contínuo (por exemplo, os utilizados por portadores de diabetes, câncer, epilepsia e outros males graves), porquanto a indústria farmacêutica, diante da recalcitrância do governo federal em não deferir novos pedidos de reajustamento de preços, provocou a escassez desses produtos essenciais, causando um grande número de transtornos e prejuízos a consumidores de todo o País.

Ora, tratando-se de *direitos ou interesses individuais homogêneos de origem comum*, como se sabe, e a teor do estatuído pelo art. 93 do Código de Defesa do Consumidor:

Ressalvada a competência da justiça federal, é competente para causa a justiça local: I – no foro do lugar onde ocorreu ou deva ocorrer o dano, quando de âmbito local; II – no foro da

Capital do Estado ou no do Distrito Federal, para os danos de âmbito nacional ou regional, aplicando-se as regras do Código de Processo Civil aos casos de competência concorrente.

Ocorre que o CADE remeteu cópias integrais de seus procedimentos, encerrados mediante a imposição de pesadas multas, e de obrigação de cessação da atividade nociva à concorrência e, sobretudo, aos consumidores, para a adoção de outras providências de cunho civil e penal, ao *Ministério Público do Distrito Federal e Territórios*, e ao *Ministério Público do Estado de São Paulo*.

Ora, diligentemente, tão logo os dois Ministérios Públicos receberam a farta documentação, foram instaurados procedimentos de natureza inquisitiva. Sabendo disso pelos meios de comunicação – e este Autor na qualidade de então coordenador das Promotorias de Justiça do Consumidor do Estado de São Paulo –, entramos imediatamente em contato com o ilustrado colega de Brasília, para resolvermos o que fazer, mesmo porque ambos os Ministérios Públicos tinham atribuição para as ações civis públicas subseqüentes. A solução foi a continuidade dos procedimentos pelo Ministério Público de São Paulo, por um critério pragmático, já que os cinco laboratórios indiciados estavam localizados em seu território.

Mais remotamente, entretanto, deparamo-nos com a questão do *leite importado contaminado por radioatividade*, decorrente do acidente com o reator da usina ucraniana de Tchernobyl. Os importadores eram todos órgãos federais e, por consequência, manifesto o interesse do Ministério Público da União em adotar as medidas cabíveis. Estávamos, então, em outubro de 1986, em que contávamos já com a *lei da ação civil pública* (Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985), mas ainda em período de seu estudo e implementação. Foi então que, em concordância com o Procurador da República-Chefe em São Paulo, decidimos inaugurar o *litisconsórcio ministerial*,⁴ regra

³ Publicada no Livro de Teses do 11º Congresso Nacional do Ministério Público, T. I, p. 457-470.

⁴ Cf. art. 113, que acrescentou o § 5º ao art. 5º da mencionada Lei nº 7.347/85.

essa hoje consagrada pelo Código de Defesa do Consumidor (CDC), e inspirada naquela demanda.

Por outro lado, é mister que se relembre, que *uma coisa é a atribuição ou função do Ministério Público; outra, diversa, é a competência do juízo.*

Tanto isso é verdade que o Supremo Tribunal Federal, como se verá noutro passo, sistematicamente não tem conhecido de questões que envolvam conflitos de atribuições entre os diversos Ministérios Públicos, donde nossa tese, à época, em que propugnávamos pela instituição do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais, como instância para a resolução de conflitos de atribuições dessa modalidade. Hoje, reconhecemos, referida tese está ultrapassada, já que a tão decantada *Reforma do Poder Judiciário* e, conseqüentemente, do Ministério Público, instituiu o *Conselho Nacional do Ministério Público*, que certamente *poderá incluir, dentre suas atribuições, a resolução desses mesmos conflitos de atribuições.*

3 Jurisdição, antes de atribuição

Antes, portanto, de iniciarmos a análise dos delitos previstos nas leis nºs, 8.078 e 8.137, ambas de 1990, e, ainda, à guisa de exemplificação e intróito à mesma matéria, vejamos a ementa de dois julgados do Supremo Tribunal Federal. Um em sede de *habeas corpus*, e de interesse precípua do Ministério Público,⁵ e outro de *interesse processual criminal*:

EMENTA: HABEAS CORPUS. CONFLITO DE JURISDIÇÃO JULGADO PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. COMPETÊNCIA EM RAZÃO DA FUNÇÃO EXERCIDA POR CO-RÉU E EM RAZÃO DA MATÉRIA. CONEXÃO: IMPOSSIBILIDADE. 1. O art. 96, III, da Constituição outorga competência privativa aos Tribunais de Justiça para processar e julgar os membros do Ministério Público. Trata-se de competência absoluta, tanto pelo fato de estar prevista como privativo na Consti-

tução como por ser fixada em razão da função exercida pelo co-réu. 2. Por outro lado, o art. 109, IV, da Constituição outorga competência aos juízes federais para processar as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesses da União. Trata-se de competência em razão da matéria, portanto, absoluta e inderrogável. 3. Leis infraconstitucionais, que prevêm o deslocamento da competência pela conexão ou pela continência, não têm o condão de modificar a competência fixada pela Constituição, ainda mais quando absoluta. 4. Conflito de competência inexistente. 5. Hipótese em que não tem aplicação nenhum dos precedentes trazidos à colação pelo impetrante nem pelo Ministério Público Federal. 6. Habeas corpus conhecido, mas indeferido.

Por outro lado, consoante nos dá conta o *Conflito de Atribuições nº 34-2-RS*, no qual figura como *suscitante o Ministério Público Estadual, e como suscitado o Ministério Público Federal, o Supremo Tribunal Federal decidiu da seguinte maneira:*

Ementa – Conflito negativo de jurisdição – Esta Corte já firmou o entendimento de que, quando os órgãos do Ministério Público se dão por incompetentes para oferecer a denúncia, o conflito não se estabelece entre eles, mas entre os juízes que acolhem suas promoções conflitantes. Trata-se, pois, de conflito de jurisdição, e não de conflito de atribuições. Conflito negativo de jurisdição que não se conhece, determinando-se a remessa dos autos ao Tribunal Federal de Recursos.⁶

Por coincidência, cuidava-se, na espécie de *delito crime contra a economia popular*, ponderando-se ao ensejo o seguinte:

Instaurou a Superintendência da Polícia Federal em Porto Alegre inquérito policial para apurar a responsabilidade criminal de proprietários de moinhos na industrialização e venda a panificadores da farinha de trigo comum, embora destes exigissem, por fora, pagamento da mercadoria como se de farinha de trigo especial fosse. Concluiu o il. Colega Jorge Barros que o evento caracterizado, no que findaram as investigações, não chama o interesse federal, porque circunscreve-se a delito contra a economia popular "que refoge à competência da Justiça Federal" (fls. 86-v). Não ajuíza a denúncia, e o MM. Dr. Juiz Federal, pelo despacho de fls. 87, encaminha os autos ao MM. Juízo de Direito da Comarca de Encantado. O Dr. Promotor de Justiça do município diz da presença de ilícito criminal de sonegação fiscal de tributos federais e, também se negando ao ajuizamento da peça acusatória, considera configurado o conflito negativo de atribuições (fls. 89), o que é acolhido pelo MM. Juízo do Direito, com a remessa dos autos a esta Corte (fls. 90). O Supremo Tribunal Federal já se definiu na controvérsia, considerando-se como conflito de jurisdição, e determinando a remessa dos autos ao Tribunal Federal de Recursos. (C.A nºs 25; 26 e 28). Com a ressalva do entendimento pessoal, traduzido em artigo publicado na Revista de Processo nº 30 – abril/junho 1983 – (a págs. 237/241), somos pelo envio dos autos ao E. Tribunal Federal de Recursos.

Também o *Superior Tribunal de Justiça*, nos autos de *Conflito de Atribuição nº 72-RJ (Registro nº 98.001134-4)*, em que figuravam como *suscitante o Ministério Público Federal e como suscitado o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro*,⁸ assim se manifestou:

EMENTA – PROCESSUAL PENAL. CONFLITO DE ATRIBUIÇÕES E DE COMPETÊNCIA.

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO ACOLHIDA PELO JUIZ. DECISÃO JUDICIAL. – Versando o tema de fundo competência judiciária *ratione materiae*, a divergência entre pareceres do Ministério Público dos níveis estadual e federal, acolhidos respectivamente por decisões judiciais das duas esferas, configura conflito de competência, nos termos dos arts. 114 a 116 do CPP. **PENAL. COMPETÊNCIA. CRIME DE MOEDA FALSA. FALSIFICAÇÃO GROSSEIRA. SÚMULA 73/STJ.**

1 – “A utilização de papel moeda grosseiramente falsificado configura em tese o crime de estelionato, da competência da justiça estadual” (Súmula 74/STJ).

2 – Conflito negativo conhecido. Competência da Justiça Estadual.

Ou, ainda no mesmo sentido:

MINISTÉRIO PÚBLICO. CONFLITO DE ATRIBUIÇÕES. Competência. Reiterado entendimento da Terceira Seção. “A competência do STJ é para julgar ‘conflito de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União, ou entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro ou do Distrito Federal, ou entre as deste e da União’ (CF, art. 105, I, ‘g’). Portanto, não lhe cabe apreciar recusa de membros do Ministério Público da União e do Estado do Rio de Janeiro para oferecerem denúncia sobre fatos apurados pela Polícia Federal e, igualmente, antecipar-se a organização do trabalho” (j. de 22.5.96, DJU de 10.6.96, pág. 20.265).⁹

Veja-se outro acórdão do *Superior Tribunal de Justiça*, no *Conflito de Atribuições nº 05-RJ (890009383-5)*, tendo por *suscitante o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro*, e como *suscitado o Ministério Público Federal*:¹⁰

⁵ HC 77.883-RJ, relator ministro MAURÍCIO CORRÊA, publicado no DJU de 18/5/2001, julgamento de 18/9/1998, 2ª Turma do STF.

⁶ Julgamento de 30/4/1987, Rel. Ministro Moreira Alves, votação unânime, in: DJU de 5/6/1987.

⁷ Grifos ao longo do texto citado, no original.

⁸ Julgamento de 25/11/1998, DJU de 15/5/2000, votação unânime, relator: ministro Vicente Leal, 3ª Seção do STJ.

⁹ Conflito de Atribuições Nº 37-RJ (94.0003838-0) – Rel. Min. JOSÉ DANTAS; Autor: A Justiça Pública; Réu: Cezar de Almeida; Suscitante: Ministério Público Federal; Suscitado: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

¹⁰ Julgamento de 21/9/1989, votação unânime, Rel. Min. Costa Lima, 3ª Seção do STJ, DJU de 10/1/1989.

EMENTA – CONSTITUCIONAL. CONFLITO DE ATRIBUIÇÕES E DE COMPETÊNCIA. PRONUNCIAMENTO DE MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. 1. *Falece competência ao Procurador-Geral da República para decidir conflito de atribuições entre membros do Ministério Público Federal e de Estado ou entre representantes de Ministério Público de Estados diversos.* 2. *Se os juízes acolhem pareceres ou requerimentos de Procurador da República e de Promotor de Justiça, o conflito não é de atribuição, mas de jurisdição.* 3. *Cabe ao Superior Tribunal de Justiça resolver, tanto conflito de atribuições entre Procurador da República e Promotor de Justiça ou de competência entre Juízes vinculados a tribunais diversos (art. 105, I, d e g, da CF).* 4. *Conflito conhecido para se declarar competente o Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca da Capital do Rio de Janeiro.*

A hipótese ora tratada versava, em síntese, sobre conflito de atribuições entre o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, e o Ministério Público Federal, tendo por fato a apreensão de uma quantia razoável de dólares norte-americanos em poder de um "doleiro", bem como a eventual cobrança de comissões acima do permitido a pessoa que havia efetuado operação de câmbio. Tendo o Dr. Procurador da República oficiante requerido o arquivamento do inquérito policial, pois que não comprovados os delitos, em tese, do art. 16 da Lei nº 7.492/86, nem o de usura pecuniária do art. 4º, alínea "a" da Lei nº 1.521/51. Tendo o M.M. Juízo Federal discordado do pedido de arquivamento, os autos foram remetidos ao Dr. Procurador-Geral da República, com fundamento no disposto pelo art. 28 do Código de Processo Penal (CPP). Este, por sua vez, considerou não caracterizado o delito da Lei nº 7.492/86, mas concluiu devessem os autos ser remetidos à Justiça Comum do Rio de Janeiro, que seria competente para processar e julgar o delito contra a economia popular. No entanto, distribuídos os autos à 21ª Vara Criminal da Comarca do Rio de Janeiro, o Dr. Promotor de Justiça ofician-

te suscitou o conflito de atribuições, por discordar do pronunciamento do Dr. Procurador-Geral da República, apontando o Supremo Tribunal Federal como a corte competente para decidir referido conflito, donde o resultado já enunciado.

O presente caso é paradigmático, porquanto o então ilustre subprocurador-geral da República, Cláudio Lemos Fonteles (cf. *Revista de Processo*, ano VIII, n. 30, p. 237-241, abr.-jun. 1983) propugnava pela legitimidade de o *procurador-geral da República* dirimir referido conflito de atribuições, em longo parecer, transcrito no acórdão em pauta, citando Fernando da Costa Tourinho (MIRABETE, 2001a, p. 346-349), que mantinha posição semelhante.

O ilustre Ministro Relator, todavia, acentuou que, se é admissível que o procurador-geral da República poderá dirimir um conflito de atribuições entre membros do Ministério Público do Trabalho e Ministério Público Militar, por exemplo, ou seja, no âmbito da União onde ele é o chefe, isto não se poderá admitir entre membros do Ministério Público dos Estados.

E pondera:

A propósito, FERNANDO DA COSTA TOURINHO FILHO, Processo Penal, v. 2, p. 509/510 – escreve: "Anteriormente, sob a pressão da urgência, fomos de opinião devesse o Procurador-Geral da República solucionar os conflitos de atribuições entre dois Promotores de Estados diversos, ou entre Promotores e membros do Ministério Público que atuam perante outras Justiças. Já havíamos reformulado nosso entendimento em aula proferida no Curso de Preparação para Ingresso no Ministério Público, sob a coordenação de Damásio E. de Jesus, quando, então, para nosso gáudio, a mais alta Corte de Justiça do Brasil manifestou-se em prol de nossa reformulação. Na verdade, se um Promotor do Estado de São Paulo, por exemplo, entender que a atribuição para apreciar determinado fato é do Promotor Público de Cruz Alta, Rio Grande do Sul, requererá a remessa dos autos àquele juízo. Gasalhado o pedido, se o Promotor e o Juiz gaúchos reconhecerem acertado o entendimento daquelas

autoridades paulistas, a matéria será de jurisdição, a ser dirimido pelo TFR. E a razão é óbvia: como poderia o Procurador-Geral da República atribuir a competência a este ou àquele juízo para a apreciação da matéria? Hoje, entendemos, após maior reflexão, que, se houver dissenso entre dois Promotores de Estados diversos, ou entre um Promotor e um membro do Ministério Público junto a qualquer outra Justiça, ou entre membro do Ministério Público da União junto a Justiças distintas, na hipótese de os respectivos Juízes cancelarem os pronunciamentos dos membros do Ministério Público em dissensão, a solução ideal é a provocação do conflito de jurisdição ante o TFR, nos termos do art. 122, I, é 'da Magna Carta'".

O acórdão é bastante enfático quando, à fl. 10 diz que: "*O Supremo Tribunal Federal, vezes sem conta, tem decidido que, se os juízes encampam [grifos no original] as manifestações dos representantes dos Ministérios Públicos que atuam perante eles, o conflito é de jurisdição*".

E são citadas novas ementas a respeito, a saber:

EMENTA: Conflito de Jurisdição. *Havendo os Juízes de comarcas situadas em Estados-membros diversos acolhido os pronunciamentos dos órgãos dos Ministérios Públicos respectivos, no sentido da incompetência de seus Juízes, o conflito que se estabelece é de*

¹¹ Referido acórdão transcreve, por outro lado, outro, do Supremo Tribunal Federal, no Conflito de Atribuições nº 16-RJ, tendo por relator o ministro Aldir Passarinho, com a seguinte ementa: "Conflito de atribuições. Conflito de Competência. Inexistência do primeiro e falta de caracterização do segundo. 1. Configura-se conflito de atribuições, a ser dirimido pelo Judiciário, não quando se fere entre autoridades administrativas, entre órgãos do MP, ou entre aqueles e estes, mas somente quando se verifica entre autoridades administrativas e judiciárias da União, ou entre autoridades judiciárias de um Estado e as administrativas de outro, ou do Distrito Federal e dos Territórios, ou entre estes".

jurisdição e não de atribuições entre os órgãos do Ministério Público de Estados diferentes. Competência do Tribunal Federal de Recursos, para julgar o conflito negativo de jurisdição (Constituição, art. 122, I, letra e). Não conhecimento do conflito e remessa dos autos ao Tribunal Federal de Recursos (Conflito de Atribuições 25-3-RJ, Rel. Ministro NÉRI DA SILVEIRA, v.u. j. de 21-8-1985, in DJU de 11-10-85, p. 17.857).

EMENTA: Pronunciamentos de órgãos do Ministério Público de Estados diversos, acolhidos pelos Juízes respectivos, de primeiro grau, não estabelecem Conflito de Atribuições, mas Conflito de Jurisdição da competência do Tribunal Federal de Recursos. Precedentes do Supremo Tribunal: CA 9, CJ 6.137, CA 25 e CA 26 (Conflito de Atribuições 30-o-RJ, Rel. Ministro OCTÁVIO GALLOTTI, v.u., j. de 10-6-87, DJU de 26-6-87, p. 13.241).

Ementa: Conflito negativo de jurisdição. *Esta Corte já firmou o entendimento de que, quando os órgãos do Ministério Público se dão por incompetentes para oferecer a denúncia, o conflito não se estabelece entre eles, mas entre os juízes que acolhem suas promoções conflitantes. Trata-se, pois, de conflito de jurisdição, e não de conflito de atribuições. Conflito negativo de jurisdição que não se conhece, determinando-se a remessa dos autos ao Tribunal Federal de Recursos (Conflito de Atribuições 34-2-RS, Rel. Ministro MOREIRA ALVES, v.u., j. de 30-4-87, DJU de 5-6-87, p. 11.111).*

Ementa: Conflito de atribuições ou conflito de jurisdição: caracterização. *Competência para julgamento do conflito. Se Representantes do Ministério Público de Estados diversos opinam, em procedimento de inquérito policial, pela incompetência dos juízes, perante os quais atuam, para a futura e eventual ação penal, e estes acolhem tais manifestações, em atos de conteúdo jurisdicional, caracteriza-se conflito negativo de jurisdição (e não de atribuições), entre Magistrados de primeiro grau, dirimível pelo Tribunal Federal*

de Recursos (art. 122, I, e, da C.F.). *Conhecimento do conflito como de jurisdição e remessa dos autos ao TFR* (Conflito de Atribuições 36-9-RJ, Rel. Ministro SYDNEY SANCHES, v.u., j. de 3-8-88, DJU de 26-8-88, p. 21.032).

É importante salientar, por outro lado, que o acórdão sob comento, ainda uma vez com ênfase, assentou que:

É remansosa a jurisprudência do colendo Supremo Tribunal Federal no sentido de que os crimes contra a economia popular não atraem a competência da Justiça Federal, tanto que se acha sumulada: "COMPETE À JUSTIÇA DOS ESTADOS, EM AMBAS AS INSTÂNCIAS, O PROCESSO E O JULGAMENTO DOS CRIMES CONTRA A ECONOMIA POPULAR" (Súmula 498/STF).

Também Paulo Cezar Pinheiro Carneiro (1989, p. 104, 106, 123), ao comentar sobre esse assunto, pondera que:

O fundamental, o ponto nodal para identificar se o conflito é de atribuição ou competência, não é a existência de determinadas autoridades em conflito, mas, sim, partindo de uma ótica de perspectiva: a natureza do ato a ser praticado e gerador daquele conflito. [...] Assim se o ato a ser praticado, sobre o qual se controverte, pouco importando as autoridades em conflito, tiver natureza jurisdicional, o conflito surgido será, necessariamente, de jurisdição ou competência, da mesma forma que o conflito será de atribuições quando o ato a ser realizado não tiver natureza jurisdicional [...] Podemos, resumindo a questão, afirmar que os atos que impliquem, retratem exercício de atividade jurisdicional determinarão que o eventual conflito entre as autoridades que detêm este poder seja de jurisdição ou competência, enquanto aqueles decorrentes do exercício de outras atividades que não a jurisdicional determinariam o conflito de atribuições.

É arremata, com admirável acuidade: "o juiz é o juiz de sua própria competência e o promotor é o juiz de sua própria atribuição".

Por isso mesmo é que, antes de mais nada, preferimos falar em *jurisdição*, em vez de *atribuições dos Ministérios Públicos*.

Dispõe, com efeito, o art. 109 da Constituição Federal que:

Art. 109 – Aos juízes federais compete processar e julgar:

[...]

IV – os crimes políticos e as infrações penais praticados em detrimento da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral;

[...]

VI – os crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados pela lei, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira.

Parece-nos claro, por conseguinte, que a regra interpretativa maior está no âmbito da própria Constituição Federal e, subsidiariamente, no bojo das leis em causa, *se previrem a competência expressa da Justiça Federal*.

4 Crimes da Lei Nº 8.137/90

Destaque-se, por primeiro, que referido diploma legal define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo.

4.1 Crimes contra a ordem tributária

A lei em pauta, no que tange a essa espécie de crimes, divide-os em duas seções: a *Seção I*, dedicada aos crimes praticados por particulares, e a *Seção II*, aos crimes praticados por funcionários públicos.

Dentre os primeiros, praticados por particulares, reza o art. 1º, que constitui crime contra a ordem tributária suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório, mediante as seguintes condutas:

I – emitir informação, ou prestar declaração falsas às autoridades fazendárias; II – fraudar

a fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos, ou omitindo operação de qualquer natureza, em documento ou livro exigido pela lei fiscal; III – falsificar ou alterar nota fiscal, fatura, duplicata, nota de vem da, ou qualquer outro documento relativo à operação tributável; IV – elaborar, distribuir, emitir ou utilizar documento que saiba ou deva saber falso ou inexato; V – negar ou deixar de fornecer, quando obrigatório, nota fiscal ou documento equivalente, relativa a venda de mercadoria ou prestação de serviços, efetivamente realizada, ou fornecê-la em desacordo com a legislação. Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa. Parágrafo único – A falta da exigência da autoridade, no prazo de 10 (dez) dias, que poderá ser convertido em horas em razão da maior ou menor complexidade da matéria ou da dificuldade quanto ao atendimento da exigência, caracteriza a infração no inciso V.

E, ainda, de acordo com o art. 2º:

Constitui crime da mesma natureza: I – fazer declaração falsa ou omitir declaração sobre rendas, bens ou fatos, ou empregar outra fraude, para eximir-se, total ou parcialmente, de pagamento de tributo; II – deixar de recolher, no prazo legal, valor de tributo ou de contribuição social, descontado ou cobrado, na qualidade de sujeito passivo de obrigação e que deveria recolher aos cofres públicos; III – exigir, pagar ou receber, para si ou para o contribuinte beneficiário, qualquer percentagem sobre a parcela dedutível ou deduzida de imposto ou de contribuição como incentivo fiscal; IV – deixar de aplicar, ou aplicar em desacordo com o estatuído, incentivo fiscal ou parcelas de imposto liberadas por órgãos ou entidades de desenvolvimento; V – utilizar ou divulgar programa de processamento de dados que permita ao sujeito passivo da obrigação tributária possuir informação contábil diversa daquela que é, por lei, fornecida à Fazenda Pública. Pena – detenção, de 6 (seis) a 2 (dois) anos, e multa.

Dentre os segundos, dispõe o art. 3º:

Constitui crime funcional contra a ordem tributária, além dos previstos no Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal (Título XI, Capítulo I): I – extraviar livro oficial, processo fiscal ou qualquer documento, de que tenha a guarda em razão da função; sonegá-lo, ou inutilizá-lo, total ou parcialmente, acarretando pagamento indevido ou inexato de tributo ou contribuição social; II – exigir, solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de iniciar seu exercício, mas em razão dela, vantagem indevida; ou aceitar promessa de tal vantagem, para deixar de lançar ou cobrar tributo ou contribuição social, ou cobrá-los parcialmente. Pena – reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa. III – patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração fazendária, valendo-se da qualidade de funcionário público. Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

Competência e Atribuição – Quer-nos parecer, à evidência, que aqui prevalece *in totum* a norma comum constitucional. Ou seja, os crimes tributários, quer praticados por particulares, quer, e principalmente, os praticados por funcionários públicos que desempenhem funções no âmbito dos órgãos federais, são de competência dos juízos federais respectivos, e, conseqüentemente, do Ministério Público Federal, perante os quais oficiam seus agentes; cuidando-se de crimes praticados no âmbito dos interesses fazendários municipais e estaduais, a competência será da Justiça Estadual e, por via de conseqüência, de atribuição do Ministério Público estadual.

Interessante salientar, todavia, que em acórdão do Superior Tribunal de Justiça,¹² discutiu-se pela competência da Justiça Estadual, na hipótese de falsificação de selo de IPI, entendida, na hipótese, como simples meio para enganar o consumidor.

¹² Conflito de Competência nº 16.815-SP, j. de 16/12/1998, DJ de 17/2/1999, Relator: Ministro Gilson Dipp.

EMENTA – CONFLITO DE COMPETÊNCIA. FALSIFICAÇÃO DE UÍQUE E DE SELOS DE IPI. INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZO A BENS OU INTERESSES DA UNIÃO OU DE FATO GERADOR DE IPI. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. Não demonstrado eventual prejuízo em detrimento de bens ou interesses da União, e inexistindo fato gerador de IPI capaz de caracterizar delito de natureza fiscal, evidencia-se somente a produção falsa de bebida estrangeira para a posterior comercialização, eis que a contrafação de selos do IPI constituiu-se em simples meio para enganar o consumidor. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal Regional de Santana/SP, o Suscitado.

Outro acórdão do mesmo Superior Tribunal de Justiça (*Conflito de Competência nº 32.253-SP*), com julgamento ocorrido em 10 de abril de 2002, publicado no *Diário da Justiça* em 1º de julho de 2002, tendo por relator da 3ª Seção o ministro Vicente Leal, decidiu hipótese semelhante da mesma forma, ou seja, entendendo-se que, *embora usando falsos selos do IPI, os agentes não tinham intenção de fraudar o fisco federal, mas apenas comercializar bebidas alcoólicas falsificadas*, sendo os referidos selos meio de assemelhar a embalagem à original e induzir o consumidor em erro, não se constituindo, portanto, crime da competência da Justiça Federal.

4.2 Crimes contra a ordem econômica e as relações de consumo

É mister salientar, desde logo, que o Capítulo II da lei de que ora cuidamos, traz *quatro elencos de delitos assim rotulados*.

Com efeito, diz o art. 4º *constituem crimes contra a ordem econômica*:

I – abusar do poder econômico, dominando o mercado ou eliminando total ou parcialmente, a concorrência mediante: a) ajuste ou acordo de empresas; b) aquisição de acervos de empresas ou cotas, ações, títulos ou direitos;

c) coalizão, incorporação, fusão ou integração de empresas; d) concentração de ações, títulos, cotas, ou direitos em poder da empresa, empresas coligadas ou controladas, ou pessoas físicas; e) cessação parcial ou total das atividades da empresa; f) impedimento a constituição, funcionamento ou desenvolvimento de empresa concorrente. II – formar acordo, convênio, ajuste ou aliança entre ofertantes, visando: a) à fixação artificial de preços ou quantidades vendidas ou produzidas; b) ao controle regionalizado do mercado por empresa ou grupo de empresas; c) ao controle, em detrimento da concorrência, de rede de distribuição ou de fornecedores. III – discriminar preços de bens de prestação de serviços por ajustes ou acordo de grupo econômico, com o fim de estabelecer monopólio, ou de eliminar, total ou parcialmente, a concorrência; IV – açambarcar, sonegar, destruir ou inutilizar bens de produção ou de consumo, com o fim de estabelecer monopólio ou de eliminar, total ou parcialmente, a concorrência; V – provocar oscilação de preços em detrimento de empresa concorrente ou vendedor de matéria-prima, mediante ajuste ou acordo, ou por outro meio fraudulento; VI – vender mercadorias abaixo do preço de custo, com o fim de impedir a concorrência; VII – elevar sem justa causa o preço de bem ou serviço, valendo-se de posição dominante no mercado. Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, ou multa.

Pelo que se observa do enunciado dos tipos em pauta, referem-se *especificamente à ordem econômica, tal qual prevista pelo art. 170 e seguintes da Constituição Federal, mais particularmente o § 4º do art. 173*.¹³

Ou seja, prevê um sistema de coibição dos abusos do poder econômico, concentrados na Lei nº 8.884, de 11/6/1994, mais conhecida como “Lei Antitruste” ou “Lei do CADE”.

¹³ § 4º do art. 173 – “A lei reprimirá o abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros”.

Interessante salientar que da referida lei de defesa da ordem econômica consta, expressamente, a existência de um Ministério Público específico a atuar perante o CADE, a saber:

Art. 12 – O Procurador-Geral da República, ouvido o Conselho Superior, designará membro do Ministério Público Federal para, nesta qualidade, oficiar nos processos sujeitos à apreciação do CADE.

E seu parágrafo único reza o seguinte:

O CADE poderá requerer ao Ministério Público Federal que promova a execução de seus julgados ou do compromisso de cessação, bem como a adoção de medidas judiciais, no exercício da atribuição estabelecida pela alínea b do inciso XIV do art. 6º da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.

Ora, referido dispositivo da “Lei Orgânica do Ministério Público da União” prevê, apenas, que, dentre as atribuições desse órgão (art. 6º), está a expressa no inciso XIV:

[...] promover outras ações necessárias ao exercício de suas funções institucionais, em defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, especialmente quanto: [...] b – à ordem econômica e financeira.

Se entendida a expressa *outras ações* como referente às de natureza cível, e não criminal, em princípio não haveria atribuição expressa do Ministério Público da União para processar os infratores ao disposto no mencionado art. 4º da Lei nº 8.137/90. E parece-nos, ao menos em princípio, que, quando a alínea b do inciso XIV do art. 6º da Lei Orgânica do Ministério Público da União se refere a *infração à ordem econômica e financeira*, estaria a indicar o *interesse da União (representada, no caso, pelo CADE)*, em preservar essa ordem econômica e financeira na sua integralidade, o que nos levaria à conclusão de que é atribuição do Ministério Público Federal a persecução dos delitos do art. 4º da Lei nº 8.137/90.

Não é esse, entretanto, o entendimento de substancial jurisprudência.

Com efeito, conforme aresto encontrado na *Revista dos Tribunais* (n. 740, p. 715–721),¹⁴, da 2ª Turma do Egrégio Tribunal Regional Federal da 4ª Região:

Ementa da Redação: O art. 4º, I, b e d, da Lei 8.137/90 que caracteriza crime contra a ordem econômica e as relações de consumo não prevê expressamente em seu texto legal a competência da Justiça Federal, e, não restando demonstrado o interesse da União, será competente para examinar a matéria a Justiça Comum estadual, pois somente compete à Justiça Federal, conforme expressamente dispõe o art. 109, IV e VI, da CF, processar e julgar os crimes contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira nos casos determinados por lei, ou quando estes resultarem consequência negativa sobre os bens, interesses ou serviços da União.

E do corpo do acórdão sob comento extraímos que:

Citando doutrina de Vladimir Souza Carvalho, a jurisprudência do STJ aduziu que os crimes de competência da Justiça Federal para o processo e julgamento exigem a expressa disposição em lei; a contrario sensu, no silêncio da lei, compete à Justiça Comum do Estado processar e julgar os crimes contra ordem econômica, na forma do inc. VI do art. 109 da CF. Quero crer que a razão está com o Magistrado recorrido, cujo entendimento vem referendado em diversos precedentes, tanto do STJ como do STF que colaciono:

“Descrevendo a denúncia, fatos ocorridos anteriormente à ‘Lei do Colarinho Branco’ (Lei 7.492/86), não se pode, pois, retroagir sua incidência, par abranger crimes que, embora afetem o sistema financeiro, não estavam

¹⁴ Recurso Criminal nº 96.04.60365-5-RS, 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, j. de 20/2/1997, Relatora Juíza Tania Escolar, DJU de 12/3/1997.

previstos no citado diploma legal, e assim deslocar a competência para a Justiça Federal – Conflito conhecido para declarar competente o Juízo criminal comum, suscitado” (CC 2.997-00-RJ, Rel. Ministro FLÁQUER SCARTEZZINI, in DJU de 24-8-199).

“Processual Penal. Crime contra a ordem financeira. Competência da Justiça Comum Estadual. Compete à Justiça Comum do Estado processar e julgar pessoa acusada de prática de crime contra a ordem econômico-financeira, de acordo com o disposto no inc. VI do art. 109 da CF, no silêncio da lei” (CC 2.111-RJ, Rel. Ministro JESUS COSTA LIMA, in verbis: ‘A Constituição, disciplinando a competência da Justiça Federal, no inc. VI do art. 109, expressamente dispõe que, apenas nos casos determinados por lei é que lhe caberia processar e julgar os crimes contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira. A Lei 8.176, de 8-2-1991,¹⁵ não estabelece a competência da

Justiça Federal para o julgamento desses crimes e nem o fez a Lei 8.137, de 27.12.1990, que também cuida de infração contra a ordem econômica’.”

Também no Recurso de Habeas Corpus nº 179-RJ (Registro nº 89.0008920-0), assim se manifestou a 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça:

EMENTA: Processual Penal. Denúncia. Competência. Justiça Federal ou Justiça Comum Estadual. Crime contra a ordem econômica e o sistema financeiro (art. 109, VI da Constituição). Não é inepta a denúncia que, embora resumidamente, especifica a participação do réu em trama complexa própria dos delitos econômicos, ensejando o exercício da ampla defesa. A competência da Justiça Federal, prevista no art. 109, VI, da Constituição, pressupõe expressa determinação legal (“nos casos determinados em

¹⁵ Ver diversos acórdãos, aliás, nesse exato sentido, como os seguintes: “Ementa oficial: Competente a Justiça Comum para processar e julgar o crime de uso de gás liquefeito de petróleo para fins locomotivos, conforme se depreende do disposto no art. 109, VI, da CF e ante o silêncio da Lei 8.176/91, que define os crimes contra a ordem econômica” (Ap. 150.189-3, 2ª Câmara do Tribunal de Alçada de Minas Gerais, j. de 11-5-93, rel. Juiz CARLOS ABUD R.T. 709/363-365); “Ementa de Redação: Compete à Justiça Estadual o processamento e julgamento do crime de adulteração de combustível, previsto no art. 1º, I, da Lei 8.176/91, pois, embora tratando-se de delito contra a ordem econômica, a citada norma não prevê a competência da Justiça Federal para julgamento do feito, conforme impõe o art. 109, VI, da CF” (TRF da 4ª Região, 2ª Turma, Ap. Crim. 0415528-8, in R.T. 777/712. “Ementa: O art. 1º, I, da Lei nº 8.176/91, que define os crimes contra a ordem econômica, é norma penal em branco, que exige complementação por outra norma para que se possa aplicá-la ao caso concreto, sendo certo que tal complemento não se limita apenas à lei, podendo constituir-se também em ato administrativo, desde que não ultrapasse no claro da lei penal. – Nos termos do art. 109, VI, da Constituição Federal, a atribuição de competência à Justiça Federal, para conhecer e julgar os crimes contra a ordem econômica, depende de elaboração de lei específica, o que não ocorre no caso da Lei nº 8.176/91, de tal sorte que é o Judiciário Estadual o competente para apreciar os delitos da referida Lei” (RJTACRIM, São Paulo, nº 33, páginas 65-67; idem in RJTACRIM nº 22, páginas 86-88). Ap. Crim. Nº 1.053.805/7,

14ª Câmara do Tribunal de Alçada Criminal de S. Paulo, j. de 20-5-1997. Ainda sobre o mesmo assunto: Conflito de Competência nº 15.465-MG (95.00054622-1), 3ª Seção do Superior Tribunal de Justiça, Relator Ministro EDSON VIDIGAL, in JSTJ e TRF, Lex nº 89, páginas 273-276: “Ementa – PROCESSUAL PENAL. COMPETÊNCIA. CRIME CONTRA A ORDEM ECONÔMICA. LEI 8.176/91. I – É da competência do Juízo Comum Estadual o processo e julgamento dos delitos contra a ordem econômica, definidos na Lei nº 8.176/91. II – Conflito conhecido, declarado competente o Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal de Barbacena/MG, o suscitado”. Idem, Conflito de Competência nº 12.818-MG, 3ª Seção do STJ, j. de 14-2-1996, Relator Ministro LUIZ VICENTE CERNICCHIARO, DJ de 13-5-1996, p. 14.514. Conflito de Competência nº 15.465-MG, 3ª Seção do STJ, j. de 12-6-1996, Rel. Ministro ANSELMO SANTIAGO, DJ 5-8-1996, p. 26.309. Conflito de Competência nº 15.206-RJ, 3ª Seção do STJ, Relator Ministro FERNANDO GONÇALVES, j. de 28-5-1997, DJ 23-6-1997, p. 29.042. Conflito de Competência nº 19.201-SP, j. de 10-12-1997, Rel. Ministro JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, DJ 25-2-1998, pág. 21. Conflito de Competência nº 2.111-RN, j. de 7-11-1991, Rel. Ministro FLÁQUER SCARTEZZINI, DJ de 2-12-1991. Conflito de Competência nº 15.206-RJ, 3ª Seção do STJ, j. de 28-5-1997, Rel. Ministro LUIZ VICENTE CERNICCHIARO, DJ de 23-6-1997. Conflito de Competência nº 19.201-SP, 3ª Seção do STJ, Rel. Ministro José Arnaldo, j. de 10-12-1997, DJ de 25-2-1998. Conflito de Competência nº 34.734-SP, 3ª Seção do STJ, j. de 26-6-2002, Rel. Ministro Félix Fischer, DJ de 26-8-2002.

lei”). E a Lei nº 7.492/86, art. 26, restringe essa competência aos crimes nela previstos (“nos crimes previstos nesta lei”). Não se pode, pois, ampliar essa competência para abranger crimes que, embora afetem a economia ou o sistema financeiro, não estão previstos na Lei nº 7.492/86 e não lesaram serviços e interesses da União ou de suas entidades. Recurso de habeas corpus improvido para manter-se a competência da Justiça Estadual (RTJ 73/79-83).

E, no mesmo sentido: RHC nº 3.550-1-SP (RTJ 95/102-112); Conflito de Competência nº 13.089-SP, j. de 23-4-1997, 3ª Seção do STJ, Rel. Ministro FÉLIX FISCHER, DJ 19-5-1997, p. 20.549:

Ementa: Processual Penal. Conflito de Competência. Crime contra a Ordem Econômica. A criação de condições artificiais de demanda, através de compra e venda mútua de ações ‘PP’ emitidas, por meio de corretoras, constitui crime contra a economia popular. Competência da Justiça Estadual – Súmula 498-STF); Conflito de Competência nº 7.154-SP, j. de 4-9-1995, 3ª Seção do STJ, Rel. Min. ASSIS TOLEDO, DJ de 9-1-1995, p. 33.531; Conflito de Competência nº 23.116-RS, 3ª Seção do STJ, j. de 16-12-1998, Relator Ministro FÉLIX FISCHER, DJ de 22-3-1999, p. 50; Conflito de Competência nº 21.198-SP, j. de 18-12-1997, Rel. Ministro LUIZ VICENTE CERNICCHIARO, DJ de 31-8-1998, p. 12; Conflito de Competência nº 23.123-RS, j. de 10-3-1999, Rel. Ministro VICENTE LEAL, DJ de 12-4-1999, p. 96. Conflito de Competência nº 2.640-O-RJ, 3ª Seção do STJ, j. de 2-4-1992, Rel. Ministro ASSIS TOLEDO, DJ de 20-4-1992 (hipótese cuidava do delito do art. 34, I, § 1º, da Lei nº 4.595/64, art. 3º, incisos IX e V da Lei nº 1.521/51).

Júlio Fabbrini Mirabete (2001b, p.197-198) igualmente acentua que:

Também compete à Justiça Federal apreciar “os crimes contra a organização do trabalho e, nos

casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e a ordem econômica e financeira (art. 109, VI, da CF). Tratando-se de mera lesão a direito individual de natureza patrimonial, sem que tenha tido por objeto a organização geral do trabalho, onde são atacados direitos dos trabalhadores considerados como um todo, a competência é da Justiça Comum. Não são também da competência da Justiça Federal, apesar de afetarem a economia ou o sistema financeiro, os crimes previstos na Lei nº 7.492/86, se não lesarem serviços ou interesses da União ou de suas entidades, por falta de disposição expressada na lei [grifos nossos].

Com efeito, a Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, mais conhecida como a “Lei dos Crimes do Colarinho Branco”, ao definir crimes contra o sistema financeiro nacional, confere expressamente atribuição ao mesmo Ministério Público Federal, em seu art. 26, para a sua persecução. Dentre esses delitos podemos citar, por exemplo, os de gestão fraudulenta e o de gestão temerária de instituição financeira, assim considerados os consórcios, de modo geral.

Desta forma, se a ordem econômica e o sistema financeiro, são, em última análise, de interesse da União, certamente, interessam, igualmente, a toda a coletividade, de modo geral, sobretudo pelos grandes impactos e prejuízos que acarretam as infrações a eles atinentes.

Isto não quer dizer, contudo, que somente por isso a competência se deslocaria para a Justiça Federal, cuja competência, como visto, no que tange aos crimes contra a ordem econômico-financeira, somente se dá “NOS CASOS DETERMINADOS PELA LEI”, conforme estatuído, expressamente, pelo art. 109, inciso VI da Constituição Federal.

Por outro lado, ousamos discordar do eminente Prof. Mirabete, quando restringe a competência da Justiça Federal para apenas os casos em que houver interesse direto da União, nos delitos capitulados pela Lei nº 7.492/86 (“Lei dos Crimes do Colarinho Branco”), uma vez que seu art. 26 é de solar clareza, ao dizer que cabe ao Ministério Público Federal a sua persecução.

Aliás, o TRF da 3ª Região,¹⁶ ao apreciar hipótese em que se cuidava de *gestão temerária e fraudulenta de consórcio de automóveis*, mas ocorrida antes da Lei nº 7.492/86, decidiu pela *competência da Justiça Estadual*, capitulando-se a espécie como *delito contra a economia popular* (i.e., inciso IX do art. 3º da Lei nº 1.521/51).

Já o art. 5º da Lei nº 8.137/90 estabelece que *constituem crimes da mesma natureza as seguintes condutas*:

I – exigir exclusividade de propaganda, transmissão ou difusão de publicidade, em detrimento de concorrência; II – subordinar a venda de bem ou a utilização de serviço à aquisição de outro bem, ou uso de determinado serviço; III – sujeitar a venda de bem ou a utilização de serviço à aquisição de quantidade arbitrariamente determinada; IV – recusar-se, sem justa causa, o diretor, administrador, ou gerente de empresa a prestar à autoridade competente ou prestá-la de modo inexato, informação sobre o custo de produção ou preço de venda. Pena – detenção, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, ou multa. Parágrafo único – A falta de atendimento da exigência da autoridade, no prazo de 10 (dez) dias, que poderá ser convertido em horas em razão da maior ou menor complexidade da matéria ou da dificuldade quanto ao atendimento da exigência, caracteriza a infração prevista no inciso IV.

Nada indica, em princípio, a atribuição de um outro Ministério Público Federal ou Estaduais. Quer nos parecer, entretanto, que, em tese, não há qualquer *interesse específico da União Federal*, a não ser na hipótese do inciso IV, que cuida de uma espécie de delito de desobediência ou contra a administração pública. E uma vez mais, a atribuição se firmará pela competência do Juízo Federal ou Estadual, dependendo da que estiver sendo desobedecida quanto a *“prestar à autoridade competente ou prestá-la de modo inexato, informação sobre o curso de produção ou preço de venda”*.

¹⁶ Processo nº 90.03.046536-3-SP, 2ª Turma, j. de 16/6/1998, DJ de 12/8/1998, p. 657.

Com relação aos demais dispositivos, cuidam, respectivamente, da *exigência de exclusividade de publicidade* (I), de *“venda casada”* (II), e de *exigência de comprar determinada quantidade de um produto para vender outro* (III). Embora cuidem, teleologicamente, de infrações que visam preservar a *concorrência*, são mais específicos, e fatalmente envolvem vítimas determináveis, ao contrário dos delitos do art. 4º que, como visto, cuidam, em sua grande maioria, de manobras monopolísticas ou de cartelização para neutralizar, *imediatamente, a concorrência*, e, *mediatamente, obter maiores lucros*.

No que diz respeito aos delitos capitulados pelos arts. 6º e 7º da Lei nº 8.137/90, que, aliás, são os mais freqüentes, parece-nos que a *atribuição é sempre dos Ministérios Públicos dos Estados*.

Senão, vejamos.

Art. 6º – Constitui crime da mesma natureza: I – vender ou oferecer à venda mercadoria ou contratar ou oferecer serviço, por preço superior ao oficialmente tabelado, ao fixado por órgão ou entidade governamental, e ao estabelecido em regime legal de controle; II – aplicar fórmula de reajustamento de preços ou indexação do contrato proibida, ou diversa daquela que for legalmente estabelecida, ou fixada por autoridade competente; III – exigir, cobrar ou receber qualquer vantagem ou importância adicional de preço tabelado, congelado, administrado, fixado ou controlado pelo Poder Público, inclusive por meio da doação ou de aumento de taxa ou outro percentual, incidente sobre qualquer contratação. Pena – detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, ou multa.

Art. 7º – Constitui crime contra as relações de consumo: I – favorecer ou preferir, sem justa causa, comprador ou freguês, ressaltados os sistemas de entrega ao consumo por intermédio de distribuidores ou revendedores; II – vender ou expor à venda mercadoria cuja embalagem, tipo, especificação, peso ou composição esteja em desacordo com as prescrições legais, ou que não corresponda a respectiva classificação oficial; III – misturar gêneros e mercadorias de espécies diferentes, para vendê-los ou expô-los à venda como puros;

misturar gêneros e mercadorias de qualidades desiguais para vendê-los ou expô-los à venda por preço estabelecido para os de mais alto custo; IV – fraudar preços por meio de: a) alteração sem modificação essencial ou de qualidade, de elementos tais como denominação, sinal externo, marca, embalagem, especificação técnica, descrição, volume, peso, pintura ou acabamento de bem ou serviço; b) divisão em partes de bem de serviço, habitualmente oferecido à venda em conjunto; c) junção de bens ou serviços, comumente oferecidos à venda em separado; d) aviso de inclusão de insumo não empregado na produção do bem ou na prestação de serviços; V – elevar o valor cobrado nas vendas a prazo de bens ou serviços, mediante a exigência de comissão ou taxa de juros ilegais; VI – sonegar insumos ou bens, recusando-se vendê-los a quem pretenda comprá-los nas condições publicamente ofertadas, ou retê-los para o fim de especulação; VII – induzir o consumidor ou usuário a erro, por via de indicação ou afirmação falsa ou enganosa sobre a natureza, qualidade de bem de serviço, utilizando-se de qualquer meio, inclusive a veiculação ou divulgação publicitária; VIII – destruir, inutilizar ou danificar matéria-prima ou mercadoria, com o fim de provocar alta de preço, em proveito próprio ou de terceiros; IX – vender, ter em depósito para vender ou expor à venda ou, de qualquer forma, entregar matéria-prima ou mercadoria, em condições impróprias ao consumo. Pena – detenção, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, ou multa. Parágrafo único – Nas hipóteses dos incisos II, III e IX, pune-se a modalidade culposa, reduzindo-se a pena e a detenção de 1/3 (um terço) ou a de multa à quinta parte.

4.3 Crimes contra as relações de consumo previstos pelo Código de Defesa do Consumidor

Elenquemos os tipos previstos pela Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), não se perdendo de vista o objetivo da análise em foco.

Art. 63 – Omitir dizeres ou sinais ostensivos sobre a nocividade ou periculosidade de

produtos, nas embalagens, nos invólucros ou publicidade. Pena – Detenção de seis meses a dois anos e multa. § 1º – Incorrerá nas mesmas penas quem deixar de alertar, mediante recomendações escritas ostensivas, sobre a periculosidade do serviço a ser prestado. § 2º – Se o crime é culposo: Pena – Detenção de um a seis meses ou multa.

Art. 64 – Deixar de comunicar à autoridade competente e aos consumidores a nocividade ou periculosidade de produtos cujo conhecimento seja posterior à sua colocação no mercado: Pena – detenção de seis meses a dois anos e multa. Parágrafo único – Incorrerá nas mesmas penas quem deixar de retirar do mercado, imediatamente quando determinado pela autoridade competente, os produtos nocivos ou perigosos, na forma deste artigo.

Art. 65 – Executar serviço de alto grau de periculosidade, contrariando determinação de autoridade competente: Pena – Detenção de seis meses a dois anos e multa. Parágrafo único – As penas deste artigo são aplicáveis sem prejuízo das correspondentes à lesão corporal e à morte.

Objetividade jurídica – Cuida-se nesses três casos, em suma, em dar-se cumprimento efetivo ao estatuído pelos arts. 8º a 10 do Código de Defesa do Consumidor, sendo este *difusamente considerado*. Ou seja, no sentido de se lhe conferir *efetiva proteção com relação à sua saúde e segurança*.

Guardando certa semelhança com os *crimes contra a saúde pública*, previstos pelo Código Penal, cuida-se de delitos, entretanto, que mantêm estrita ligação com os referidos artigos da parte dispositiva da lei consumerista. Mas, da mesma forma que aqueles, não se justificaria uma competência judicial federal, a não ser quando haja, efetivamente, algum interesse da União ou seus bens. Se assim não se entender, já que os produtos e serviços, de modo geral, *dependem de autorização governamental federal para serem colocados no mercado (ANVISA)*, os delitos em pauta, inclusive os contra a saúde pública, genericamente considerados, seriam julgados pelos *órgãos jurisdicionais federais*.

Art. 66 – Fazer afirmação falsa ou enganosa, ou omitir informação relevante sobre a natureza, característica, qualidade, quantidade, segurança, desempenho, durabilidade, preço ou garantia de produtos ou serviços. Pena – Detenção de três meses a um ano e multa. § 1º – Incorrerá nas mesmas penas quem patrocinar a oferta. § 2º – Se o crime é culposo: Pena – Detenção de um a seis meses ou multa.

Art. 67 – Fazer ou promover publicidade que sabe ou deveria saber ser enganosa ou abusiva: Pena – Detenção de três meses a um ano e multa. Parágrafo único – (vetado).

Art. 68 – Fazer ou promover publicidade que sabe ou deveria saber ser capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou segurança. Pena – Detenção de seis meses a dois anos e multa, Parágrafo único – (vetado).

Art. 69 – Deixar de organizar dados fáticos, técnicos e científicos que dão base à publicidade. Pena – Detenção de um a seis meses ou multa.

Objetividade jurídica – Os tipos penais ora enfocados cuidam de emprestar efetividade aos arts. 30, 31, 36 e 37 do CDC, no que concerne à *oferta* e à *publicidade* de produtos e serviços, salvaguardando o patrimônio e boa-fé do consumidor, igualmente considerado de forma difusa, mas igualmente são tratados pela Justiça Estadual.

Art. 70 – Empregar na reparação de produtos, peça ou componentes de reposição usados, sem autorização do consumidor. Pena – Detenção de três meses a um ano e multa.

Objetividade jurídica – Procura-se, aqui, proteger o consumidor no mercado de serviços de manutenção de produtos de consumo duráveis, contra prática desleal e ilícita, no sentido de utilização de peças e componentes usados. O elemento objetivo *sem autorização do consumidor* integra e complementa o tipo, mesmo porque, se houver essa autorização por parte do consumidor para a utilização de *peças ou componentes recauchutados ou recondicionados* – prática bastante comum, nota-

damente no mercado automobilístico –, não haverá o ilícito penal. Aqui, tampouco se vê eventual conflito de jurisdição e de atribuição ministerial, em consequência.

Art. 71 – Utilizar, na cobrança de dívidas, de ameaça, coação, constrangimento físico ou moral, afirmações falsas incorretas ou enganosas ou de qualquer outro procedimento que exponha o consumidor, injustificadamente, a ridículo ou interfira com seu trabalho, descanso ou lazer. Pena – Detenção de três meses a um ano e multa.

Art. 72 – Impedir ou dificultar o acesso do consumidor às informações que sobre ele constem em cadastros, banco de dados, fichas e registros. Pena – Detenção de três meses a um ano e multa.

Art. 73 – Deixar de corrigir imediatamente informação sobre consumidor constante de cadastro, banco de dados, fichas ou registros que sabe ou deveria saber ser inexata. Pena – Detenção de um a seis meses ou multa.

Objetividade jurídica – Procura-se, aqui, também assegurar o cumprimento efetivo de disposições do CDC, no que diz respeito à honra e dignidade do consumidor, igualmente encarado do ponto de vista *difuso*, mas com *reflexo individual*, de *casos concretos*, já que se fala em procedimentos de cobrança vexatórios, ou então da manutenção do nome do consumidor em banco de dados, quando a dívida já foi paga, ou ainda impedir que o consumidor tenha acesso a dados que contra si nele constem, e, ainda, negligenciem seus responsáveis no tocante à correção de dados inexatos (*ratio*, arts. 42 e 43 do CDC).

Art. 74 – Deixar de entregar ao consumidor o termo de garantia adequadamente preenchido e com especificação clara de seu conteúdo.

Objetividade jurídica – É a preservação, também, do patrimônio do consumidor, caso venha a constatar um defeito ou vício em produto ou serviço contratado, ou ao menos deixando em dúvida

em que consiste a garantia contratual, sem prejuízo, evidentemente, da garantia legal.

Nos dois últimos casos analisados, tampouco vemos problemas no que diz respeito à competência judicial, parecendo-nos caber à Justiça Comum, ou Estadual, a atuação nesses casos.

4.4 Competência da Justiça Federal nos casos de conexão

Não se poderá olvidar, por fim, o enunciado da *SÚMULA Nº 122 do Superior Tribunal de Justiça*, que prescreve o seguinte: “*Compete à Justiça Federal o processo e julgamento unificado dos crimes conexos de competência federal e estadual, não se aplicando a regra do art. 78, II, a, do Código de Processo Penal*”.

No *Conflito de Competência nº 15.098-RS*,¹⁷ por exemplo, decidiu-se que:

“EMENTA: PENAL. PROCESSUAL. CRIME DE COMPETÊNCIA FEDERAL E ESTADUAL NUMA MESMA DENÚNCIA. AUSÊNCIA DE CONEXÃO”.

1. *Se a denúncia descreve crimes de competência distinta, federal e estadual, mas sem qualquer vinculação de causa e efeito, não há conexão. Desmembra-se o processo, remetendo-se ao Juízo Federal as peças referentes aos crimes da competência Federal para que o Ministério Público Federal ofereça a denúncia, se for o caso.*

2. *Conflito conhecido; competência do Juízo Criminal Estadual para prosseguir com o caso, mas apenas quanto aos crimes de competência estadual.*

Em caso mais recente, e que ainda transita pelos meios de comunicação social, ou seja, a acusação de manutenção de contas em tese ilícitas no exterior por dois ex-prefeitos da Capital de São Paulo e outras pessoas a eles ligadas, o Superior Tribunal

de Justiça assim se manifestou, em sede de *Conflito de Competência nº 32.861-SP* 27.

EMENTA: CRIMINAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. PROCEDIMENTO QUE APURA POSSÍVEL OCULTAÇÃO DE BENS E VALORES DE ORIGEM EM TESE ILÍCITA SITUADOS NO EXTERIOR. ANÁLISE RESTRITA DA COMPETÊNCIA PARA OS FATOS QUE COMEÇAM A SER APURADOS, CONEXÃO COM O ESCÂNDALO DOS PRECATÓRIOS. PRECARIÉDADE DE ELEMENTOS PARA TAL ANÁLISE. EXISTÊNCIA DE DINHEIRO NO EXTERIOR SEM DECLARAÇÃO AO FISCO. DELITO CONTRA A ORDEM ECONÔMICA E/OU LAVAGEM DE DINHEIRO. NECESSIDADE DA DEVIDA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. ORDEM ECONÔMICA EM JOGO. LAVAGEM OCORRIDA EM INSTITUIÇÃO SITUADA NO ESSTRANGEIRO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. DUPLICIDADE DE INVESTIGAÇÕES. PREJUÍZOS. EVENTUAL CRIME AFETO À JUSTIÇA ESTADUAL. SÚM. Nº 122/STJ. COMPETÊNCIA DA 8ª VARA FEDERAL. JUÍZO QUE JÁ APRECIOU PEDIDOS DE DILIGÊNCIAS. PROVA COLHIDA NA JUSTIÇA ESTADUAL. APROVEITAMENTO. PRECEDENTES. CONFLITO CONHECIDO.

Conclusões

- Cuidando-se de *crime contra a ordem tributária*, a competência judicial para processar e julgar seu autor e, conseqüentemente, a atribuição ministerial para a persecução penal, *será da Justiça Federal ou Estadual*, se os interesses tributários afetados pertencerem à União, ou, então, a uma determinada unidade federada ou município.
- No que diz respeito aos *crimes contra a ordem econômica e/ou financeira*, a competência somente será da *Justiça Federal*, conseqüentemente, a atribuição do *Ministério Público Federal*, se, nos termos do art. 109, inciso VI, da Constituição Federal, houver *expressa determinação dessa competência e conseqüente atribuição ministerial*, como é o caso, por exemplo, da Lei nº 7.492/86, que capitula os delitos “do colarinho branco”.
- No que diz respeito aos delitos contra as relações de consumo, assim definidos pelas Leis nºs 8.078/

¹⁷ Julgamento de 8/5/1996, DJ de 24/6/1996, 3ª Seção do STJ, Relator Ministro Edson Vidigal.

90, e 8.137/90, a competência é da *Justiça Comum* ou *Estadual* para processar e julgar seus autores, e, conseqüentemente, dos *Ministérios Públicos* da respectiva unidade federada.

- Na verdade não compete aos tribunais superiores, designadamente ao Superior Tribunal de Justiça, julgar conflitos de atribuições entre agentes dos Ministérios Públicos das unidades federadas, de um lado, e do Ministério Público Federal, de outro. Competirá, isto sim, ao mencionado *tribunal superior*, julgar os conflitos de jurisdição verificados, se acolhidas as ponderações dos representantes dos membros dos Ministérios Públicos pelos respectivos juízos, quer no sentido positivo, quer no sentido negativo de atribuições, conflitos tais que se transformarão, destarte, em conflitos de competência judicial.
- Havendo delitos de competência federal e estadual, a competência será da primeira, se houver vinculação de causa e efeito entre eles; caso contrário, desdobrar-se-ão os autos de inquérito policial ou peças informativas, que serão apreciadas pelas respectivas *Justiças Federais* e *Estaduais*, se for o caso.
- Em face da emenda constitucional nº 45, que visou à chamada *Reforma do Judiciário*, e previu a instituição tanto de um *Conselho Nacional de Justiça*, como um *Conselho Nacional do Ministério Público*, este último poderá ser o *órgão dirimidor de eventuais conflitos* – note-se bem – DE ATRIBUIÇÕES, e não de competência propriamente dita, estes acometidos aos órgãos jurisdicionais, como já visto.

FILOMENO, J. G. B. Economic and consumer crimes: attribution conflicts between the Federal Public Ministry [*Ministério Público*, Brazilian Public Prosecution Service] and the State Public Ministries. *Rev. Justitia (São Paulo)*, v. 197, p. 237-254, jul./dez. 2007.

- **ABSTRACT:** The text deals with eventual conflicts in where criminal procedural enacting is concerned, between a federal and a state prosecuting attorney, for instance, or else between two different states' prosecuting attorneys. And that in the cases referring to economic, tax and

consumer crimes. According to the Brazilian Constitution of 1988, in fact, all of the aforesaid prosecutors have their functions prescribed in accordance to the interests being at stake: federal or statally defined. And, although article 109¹⁸ may be clear at first glance, it may arise procedural doubts and discussions, or worse, its discarding by the Brazilian Supreme Court. That is: eventual conflicts between two prosecuting attorneys should be analyzed and solved by themselves. But the problem is that till 2005, there was no such forum providing such discussions. Upon, though, the institution of the so-called National Council of Public Attorneyship that might be, from now on, *de lege ferenda*, the adequate forum.

- **KEYWORDS:** Public Attorneyship. The Union. Conflicts. Powers.

Referências bibliográficas

- CARNEIRO, Paulo Cezar Pinheiro. In: *O Ministério Público no processo civil e penal* – promotor natural, atribuição e conflito. Rio de Janeiro: Forense, 1989.
- FILOMENO, José Geraldo Brito. *Manual de direitos do consumidor*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- FONTELES, Cláudio Lemos. Divergência entre membros do Ministério Público à posituação do ato de acusar: conflito de jurisdição ou conflito de atribuições. In: *Revista de Processo*, ano VIII, n. 30, p. 237-241, abr.-jun. 1983.
- MIRABETE, Júlio Fabbrini. *Código de Processo Penal interpretado*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2001a.
- _____. *Processo penal*. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2001b.

¹⁸ "Article 109 – The federal judges have the competence to institute legal proceeding and trial of: [...] IV – political crimes and criminal offenses committed against the assets, services or an interest of the Union or of its autonomous agencies or public companies, excluding misdemeanours and excepting the competence of the Military and Electoral Courts [...] VI – crimes against the organization of labor and, in the cases determine by law, those against the financial system and the economic and financial order".